

## O NATURAL E O SOBRENATURAL EM S. AGOSTINHO

PROF. DR. ALEXANDRE CORREIA  
da Universidade Católica de São Paulo.

Este estudo é uma pequena e modesta contribuição para comemorar o 16.º centenário do nascimento do inolvidável bispo de Hipona. Na Europa, espíritos eminentes, relembando essa data imortal, puseram-se a estudar atentamente vários aspectos desse genio másculo, que assistiu ao desmoronar do mundo romano e iluminou com intensos clarões toda a idade média. Para não nomear outros, basta citar os trabalhos magistrais de E. Gilson, o eminente mestre de estudos filosóficos medievais.

As obras de Gilson, como a de muitos outros, são a mais evidente prova de quanto Agostinho é moderno. Muitas das inquietações, que sacudiram tão intensamente a alma profunda do convertido filho de Monica, são as mesmas que, ainda hoje agitam tantos corações submersos na penumbra da dúvida.

O nosso mundo tem muito de Pascal, que por tantas faces do seu gênio, se assemelha ao de Agostinho. Este, porém, mais feliz, escondendo-se na humildade e na penitencia, encontrou, no cristianismo integral, e que é um dos maiores doutores, a paz sem nuvens e o repouso definitivo.

*Inquietum est cor nostrum...* a quantos modernos, perturbados pelo problema das relações entre a fé e a razão, entre a vida natural e a sobrenatural, esse pensamento famoso do grande bispo não alcançaria as doçuras da tranquilidade e o aquecimento da esperança!

Meditemos um instante, em companhia de Agostinho, sobre esse magno assunto — relações entre o conhecimento racional, e a fé religiosa; entre a actividade natural da vontade humana e o mistério da graça. Veremos que a doutrina do grande doutor não se reduz a um acervo de princípios artificiais, mas a ensinamentos vividos.

### I

Agostinho não é fideista, como Pascal; confia na razão e na sua capacidade para atingir a verdade, pelo acto de intelecção. Este comporta duplo processo. Um, intrinseco, quando inteligimos a existência do nosso próprio intellecto; o outro, provocado pelo mundo exterior, que nos modifica os sentidos. Pelo primeiro, vamos de nós a nós mesmos, mas presentimos, nessa actividade profunda do nosso ser, uns longinuos reflexos da luz divina; é uma elevação para o sumo princípio. Pelo segun-

do, baixamos ao mundo das cousas e da experiencia, mediante os sentidos, e enriquecemos o celeiro do saber.

Mas, se, pelo conhecimento sensível, baixamos ao mundo da experiencia, encontramos aí mesmo o primeiro degrau para a ascensão, na busca das causas, que, de uma a uma, nos levam ao Verbo superno, ao primeiro, *principaliter atque incommutabiliter*, de que todos os seres dependem.

Seja, pois, que nos dobremos sobre nós mesmos e conheçamos o nosso conhecimento; seja que sofram, pelos sentidos, a causalidade das cousas, de um e de outro modo, o termo final é o mesmo — Deus, verdade matriz e transcendental.

Ora, isto já diz claramente, que, para Agostinho, trazemos dentro em nós uma tendência espontânea e natural para Deus, radicada no que temos de mais nobre — a faculdade cognitiva. A nossa inteligência acusa por si a sua origem celeste, pois, não no-la deu o Creador para que dele recebêssemos a luz inefável?

Todavia, não vivemos neste mundo, *in terra visionis*, tacteamos nas trevas da cidade terrestre e tropeçamos, fartas vezes, surpreendidos pela cerração do erro; a verdade não nos atinge o intellecto senão como uma penumbra, sem os esplendores, que nos banharão na cidade celeste. Por isso precisamos além dessa luz natural, participada do grande foco, mas, por vezes, semi-extinta pelos vendavais da nossa miséria e dos nossos pecados, precisamos de um *magistério divino*, que venha em nosso auxilio, apontando-nos o norte, livrando-nos da peste do erro, confortando-nos a fragilidade mental — *propter humanae mentis infirmitatem*. E' a fé, a palavra de Deus revelada.

Entre ela e a razão não há contrariedade; não são incompatíveis, antes, boas irmãs, filhas do mesmo pai divino, mutuamente se atraem. *Fides quaerens intellectum, intellectus quaerens fidem* — o programa admirável de Anselmo está inteiramente em Agostinho. Pois, como poderíamos crer, se não fossemos racionais? E' absurdo supor que a fé vae esmagar a razão: como poderia repugnar a Deus a característica pela qual nos fez superiores aos animais? Quem não ve que, primeiro, pensamos, para depois crer?...

Nenhuma verdade da fé se nos há de integrar na personalidade sem passar pelos domínios da razão, isto é, sem que esta nos assegure que não há absurdo no que a fé nos propõe. *Credere nihil aliud est quam cum assentimento cogitare*, crer é pensar, com o assentimento pleno, total da nossa liberdade.

Daqui decorre duplo dever para os que possuem o inestimável tesouro da fé. Primeiro, e é grave obrigação, iluminá-la com o facho da razão, *rationabile obsequium*; depois, dever não menos imperioso, demonstrar aos incrédulos que, longe de ser absurdo o que a fé propõe, absurda é a posição deles, rejeitando a graça da revelação.

Assim, poderíamos dizer, com Pascal, que esse mesmo submeter-se da razão á fé a razão é quem o postula.

Aliás, sem a fé a vida humana seria impossível, pois, já na ordem natural, toda ela na fé se baseia; na fé descança todo o comércio humano. Assim, que há de mais claro que a visão interna da alma, cuja natureza, entretanto, não vemos?... E, porque, então, não crer naquilo que não vêem os olhos da carne? Mau positivismo o de Comte e Taine...

Na fé se funda a amizade, que não vê, no amigo, as doçuras da benevolência; e, eliminada a virtude da sociabilidade, com ela perece a caridade, sua irmã celeste, esvai-se o amor conjugal, volatilisam-se todos os vínculos da afinidade. Porque hão de os pais querer ter filhos que os não amem e que não serão irmanados no affecto — pois, não vêm, os laços da mutua amizade?... Por outro lado, como, sem a fé, conhecerão os filhos os progenitores que lhes deram o ser?! Não se viram nascer... Se não aceitamos como verdade senão o que vemos, corremos o dever de rejeitar toda a história humana, todos os testemunhos do passado, que não vimos. Elimine-se a fé nas cousas humanas, e tudo se perturba, tudo se emaranha em horrida confusão, tudo se destrói, nada permanece da sociedade humana, *nihil omnino humanae societatis incolumere*.

Ora, se já é assim na ordem natural, que de admirar haja um mundo sobrenatural, a que não nos poderemos alçar senão pela fé, com pleno assentimento da razão?

E nisso vai grande vantagem para esta, pois a fé lhe desbrava os caminhos, via certa que é para a sabedoria e a salvação. Assim, as grandes verdades que nos sobrepõem a capacidade natural do entendimento, não poderemos compreendê-las se nelas não cremos: *nisi credideritis non intelligetis*, diz a Escritura; a fé ha, de certo modo, de preceder à razão. Pois, embora não possamos crer em Deus senão por intermédio das cousas visíveis, *per ea quae facta sunt*, contudo a fé robustece a inteligência, *ut ampliora intelligat*, para que melhor compreenda.

Intellectualismo sadio o de Agostinho: longe de entorpecer a visão da inteligência, a fé alarga-lhe as bases e prolonga-lhe a altura ao infinito. Se, primeiro, aderimos à fé, vivificar-nos-emos mais e mais pelo intellecto.

Quanto mais seguros estamos aceitando uma doutrina que defende as prerrogativas da inteligência na sua união com a fé, que seguindo as pisadas do homem de Koenigsberg, levando-nos, com a sua crítica racionalista, ao escolho do scepticismo, aparando-nos as asas da inteligência e chumbando-nos ao solo!

## II

Arrimo da inteligência, a fé por outro lado, aquece a vontade e a atrai para a perfeição e a felicidade completa. Assim como a razão não pode ser a norma ultima e absoluta de si mesma, assim a vontade, pela sua natureza mesma, não pode ser absolutamente autonoma, no sentido orgulhoso de Kant. O naturalismo kantiano assim atrofia a inteligência, na busca da verdade, como enfraquece a vontade na sua inelutável tendência para o bem, o bem último, termo derradeiro da sua actividade.

Deus é esse termo final, o descanso definitivo e a paz completa, que nos preenche totalmente a capacidade da vontade. Mais realista do que Aristoteles, Agostinho não concebe a felicidade como contemplação de não sei que verdade abstracta. Por profundo que fosse o genio do estagirita, o seu eudaimonismo racional é irrealizável, tal qual elle o construiu.

O sumo bem do homem, ensina o grande doutor do quarto século, é Deus, Daí resulta que, desejar o sumo bem é viver bem, que não é mais do que amar a Deus com todas as veras do coração, da alma e da mente.

O amor é a grande mola da vida moral a verdadeira sabedoria, o alvo do verdadeiro filosofo — *verus philosophus est amator Dei*. Que bem faremos, se não amarmos? Que bem não fazemos quando nos inspira o amor? A virtude, ela que nos leva à felicidade, como queria Aristoteles, nem é outra cousa senão amor. Pois, que é a temperança senão o dar-mo-nos totalmente ao amado? A fortaleza, senão o toleramos facilmente tudo, por quem amamos? a justiça que é senão só por amor servir? e a prudência, por fim, não é a escolha amorosa, o amoroso discernimento entre o que nos, salva e o que nos perde? E o amor, a alma dessas quatro virtudes é, em última analyse, o amor de Deus, nosso creador, nosso pai, nosso benfeitor celeste.

Por isso, as virtudes cardiais podem ser definidas em função do amor de Deus. A temperança é o amor de Deus incorrupto e puro; a fortaleza prefere, facilmente, o divino amor a todos os amores, a justiça serve a Deus só por puro amor, só por elle governa; a prudência é o amor sagaz que sabe distinguir o que nos leva a Deus do que dele nos aparta.

Intenso fogo que aquece e anima a vontade, o amor é assim o alimento de toda a nossa vida moral; a tal ponto que bem, propriamente dito, é o que se pratica, não pelo temor interessado da pena, mas por puro desprendimento amoroso. Essa pratica é a pedra de toque do amor; *bene vivere et bonis operibus viam Dei tenere*, eis a grande regra, que coloca Agostinho a leguas de Lutero e da sua heresia da fé justificativa, da fé sem obras!

Mas, este mesmo conceber a vida moral como amor de Deus, a razão o exige, bem como a natureza; pois, com Tulio, Agostinho define a virtude. um habito da alma, consentaneo, de certo modo, com a natureza e a razão.

Grande fanal que ilumina toda a vida moral do homem, a razão, filha de Deus, abre-lhe largas as vias para elle. Agostinho não perde nunca de vista, a racionalidade com que Deus ornamentou a sua creatura predilecta.

E nem se esquece que o amor supõe a liberdade. Deus quer que o homem lhe sirva livremente, liberaliter, e não compelido, necessitate. Se não tivesse dotado o homem da liberdade, Deus seria injusto no punir, destruiria o mérito das boas obras, não poderia nos impor a peni-

tência dos pecados e nem haveria lugar à amorosa indulgência de N. S. Jesus Cristo para com a nossa miséria de pecadores.

Mas, essa mesma indulgência está a nos falar do inefável mundo da graça, de que Agostinho é o doutor por excelência.

A graça é o remédio às fraquezas da nossa liberdade, como é a fé a luz da nossa inteligência, cuja visão o pecado embotou. E como a fé não contraria nem destrói a actividade própria da inteligência, nem a graça nos priva dessa corda incomparável do livre arbitrio. Por ela, Deus nos ajuda a querer e nos sustém no bem querer. Ela penetra, de polo a polo, o mundo da moral, não, para nos fazer violência, mas, para nos aperfeiçoar, na linha da nossa natureza; por ela, *virtus in infirmitate perficitur* a perfeição se aninha em a nossa miséria; ela nos mostra o dever e nos ajuda a cumpri-lo, faz-nos crer no amor e amar a crença. Pela graça, Deus se torna nosso cooperador: *ille praeparat voluntatem, et cooperando perficit quod operando incipit*. Milagre do amor!

Cooperando com nosso livre arbitrio, Deus integra-nos na ordem total do universo, na ordem que é *parium dispariumque rerum sua cuique loca tribuens dispositio*. A admirável definição de Agostinho nos fixa na paz, que é a tranquilidade da ordem, *tranquilitas ordinis*.

No penoso e pesado jornadaear nosso, na Jerusalem terrestre, a nossa paz é precária, é antes, a consolação na miséria do que a alegria na beatidão, *solatium miseriae... potius quam beatitudinis gaudium*. Mas, termo de uma vida moral que se sujeitou à razão velha e aos designios de Deus, teremos a paz completa na Jerusalem celeste, quando chegarmos ad speciem, à visão face a face, onde os puros e perfeitos de coração fitarão a inefável beleza, *cujus plena visio est summa felicitas*. E a suma paz da cidade de Deus, no goso mutuo de todos em Deus.

Dessa ventura suma serão privados os que transviaram da ordem, que Deus estabeleceu para todos os seres. Esses transviados êle os creou, e os conserva, mas da vontade pervertida deles não é o autor: *Malae... voluntates ab illo non sunt*. Sabe, contudo, coagir o mal a lhe servir aos designios e a dele tirar o bem que faça resplandecer a ordem universal. Testemunhas, pela justiça, da ordem que não quiseram aceitar livremente e por amor, os que finalmente prevaricaram entram, assim, nos planos divinos, sem conseguirem perturbar a harmonia do conjunto. Pois, soberano senhor, Deus governa tanto o universo físico, pelas leis fatais da natureza, como o mundo livre dos espíritos, pelas leis, não menos necessarias, de sua amorosa condescendência como da sua justiça, insondável e indefectível.

Concluamos. A fé ilumina a razão e a fortifica, assim como a graça fortalece a vontade. Aquela, na pesquisa da verdade, tem a visão multiplicada pela fé; esta, na sua ingênita tendência para o bem, recebe da graça o impulso para a derrota feliz. E tanto o mundo natural como o sobrenatural — razão, vontade, fé, graça divina — se unificam em Deus, causa eficiente de todos os seres e causa final a que todos voltam, atraídos pelo amor.

Por onde se ve quanto Agostinho é realista e como é verdade o que dele diz o racionalista Rud. Eucken: "A tendência religiosa não provém, aqui, de um sentimento artificial e de abdicação, antes, aparece fundada numa poderosa vontade de viver, assim como a razão se ostenta na sua independência e nobreza".

Tanto é exacto que os verdadeiros racionalistas somos nós, os católicos, que não aceitamos nenhum jugo para a inteligência e nenhuma heteronomia para a vontade livre, a não ser o jugo da verdade e a heteronomia do bem, que se fundem no conhecimento e no amor de Deus, sempre o mesmo e o mais elevado objecto a que pode ascender a nossa razão. *Deus semper idem, noverim me, noverim te.*